

DECRETOS**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
GABINETE DO PREFEITO****DECRETO Nº 21.505, DE 04 DE AGOSTO DE 2025****INSTITUI A POLÍTICA DE DADOS ABERTOS
DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM-ES, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica instituída a Política de Dados Abertos do Município de Itapemirim, com os seguintes objetivos:

- I. promover a publicação de dados contidos em bases de dados dos órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta sob a forma de dados abertos;
- II. fortalecer a cultura de transparência pública;
- III. assegurar aos cidadãos o acesso livre aos dados produzidos ou acumulados pela administração pública municipal, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo;
- IV. facilitar o intercâmbio de dados entre os entes públicos e fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras para a gestão municipal;
- V. incentivar o controle social, a gestão participativa e a melhoria dos serviços públicos;
- VI. apoiar a produção científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, inclusive no setor privado;
- VII. estimular o compartilhamento de recursos e evitar duplicidades e desperdícios na disseminação de dados;
- VIII. promover a integração e a oferta de serviços públicos digitais orientados por dados.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

- I. dado: sequência de símbolos ou valores, em qualquer meio, resultantes de processo natural ou artificial;
- II. dado acessível ao público: qualquer dado não protegido por sigilo legal;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

- III. dados abertos: dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, com licença aberta para uso irrestrito;
- IV. formato aberto: formato não proprietário, com especificação publicamente acessível e livre de restrições legais;
- V. Plano de Ação de Abertura de Dados: documento bianual com diretrizes e ações concretas para a abertura, atualização e aprimoramento de dados abertos, com detalhamento mínimo definido neste Decreto.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º A Política de Dados Abertos do Município observará os seguintes princípios e diretrizes:

- I. a publicidade como regra e o sigilo como exceção;
- II. o acesso irrestrito, em formato aberto e processável por máquina;
- III. a descrição clara das bases de dados e suas características;
- IV. o reuso livre dos dados abertos;
- V. a completude, granularidade e interoperabilidade dos dados;
- VI. a atualização periódica e a manutenção da qualidade e valor informacional;
- VII. a identificação do responsável pela gestão de cada base de dados.

CAPÍTULO III

DA GOVERNANÇA E DO PLANO DE AÇÃO DE ABERTURA DE DADOS

Art. 4º A Controladoria Geral do Município será o órgão responsável pela coordenação da Política de Dados Abertos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 1º A Controladoria prestará apoio técnico e metodológico à área de Tecnologia da Informação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAPLAG, para a elaboração, implementação, monitoramento e atualização dos Planos de Ação de Abertura de Dados.

§ 2º A implementação da Política de Dados Abertos ocorrerá por meio da publicação do Plano de Ação de Abertura de Dados, com periodicidade bianual, a ser elaborado com apoio da Controladoria e coordenação técnica do setor de TI da SEMAPLAG.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º O Plano de Ação de Abertura de Dados deverá seguir, obrigatoriamente, a estrutura mínima prevista no Anexo I deste Decreto, e conter:

- I. inventário e catálogo atualizado das bases de dados públicas;
- II. critérios de priorização para abertura de bases;
- III. cronograma de ações, metas, responsáveis e prazos;
- IV. estratégias de comunicação e engajamento com a sociedade;
- V. diretrizes de acessibilidade, segurança, padronização e qualidade dos dados;
- VI. orientações para tratamento de dados pessoais conforme a LGPD;
- VII. mecanismos de monitoramento, avaliação e indicadores de desempenho.

§ 4º A Controladoria poderá editar normas complementares e orientações técnicas para subsidiar a elaboração e execução do Plano de Ação de Abertura de Dados pelos órgãos municipais.

§ 5º O Plano de Ação de Abertura de Dados será publicado, por meio de portaria, no último quadrimestre anterior à sua implantação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Os dados abertos e as informações de transparência ativa são de livre acesso e utilização por qualquer interessado, inclusive com fins comerciais, acadêmicos ou institucionais, respeitados os direitos de privacidade e a legislação vigente.

Art. 6º Serão consideradas automaticamente passíveis de abertura todas as bases de dados públicas que não contenham informações classificadas ou protegidas por sigilo legal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapemirim/ES, 04 de AGOSTO de 2025.

GENESIS ALVES BECHARA

Prefeito Municipal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

PLANO DE AÇÃO DE ABERTURA DE DADOS – MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM/ES

Vigência: 2026–2027

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Ação de Abertura de Dados do Município de Itapemirim/ES foi elaborado conforme o Decreto Municipal nº [XXXX/XXXX], que institui a Política Municipal de Dados Abertos. O plano tem por objetivo nortear as ações de abertura de dados públicos, promovendo a transparência, a inovação e a participação cidadã, em alinhamento com os princípios da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

2. INVENTÁRIO E CATÁLOGO ATUALIZADO DAS BASES DE DADOS PÚBLICAS

(Orientação: preencher planilha conforme exemplo a seguir.)

Órgão/Setor Responsável	Nome da Base de Dados	Descrição	Formato Atual	Situação Atual
Secretaria Municipal de Saúde	Cadastro de Unidades de Saúde	Localização e serviços ofertados	Excel	Disponível parcialmente
Secretaria Municipal de Finanças	Execução Orçamentária	Receita e despesa por categoria econômica	XML	Não disponível

(Observação: Tabela atualizável a cada ciclo de revisão do plano.)

3. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE BASES

A abertura das bases de dados será priorizada conforme os seguintes critérios:

- I. Demanda social recorrente (por meio da Ouvidoria ou de pedidos de LAI);
- II. Impacto potencial para o controle social e participação cidadã;
- III. Disponibilidade técnica da base em formato estruturado;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

- IV. Existência de dados não sensíveis ou previamente anonimizados;
- V. Relevância para políticas públicas ou metas de governo;
- VI. Viabilidade técnica e orçamentária de extração e tratamento da base.

4. CRONOGRAMA DE AÇÕES, METAS, RESPONSÁVEIS E PRAZOS

(Orientação: preencher planilha conforme exemplo a seguir.)

Ação	Meta	Órgão Responsável	Prazo
Mapeamento parcial das bases	Inventário das informações disponíveis no Portal da Transparência	CGM e SEMAPLAG (TI)	Dez/2026
Atualização de seção "Dados Abertos" no Portal da Transparência	Disponibilização acessível dos dados abertos	CGM e SEMAPLAG (TI)	Mai/2027
Capacitação de servidores	2 oficinas realizadas	CGM, SEMAPLAG (TI) e demais secretarias	Jul/2027

(Observação: Tabela atualizável a cada ciclo de revisão do plano.)

5. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COM A SOCIEDADE

- I. Atualização de seção interativa no Portal da Transparência com explicação sobre o que são dados abertos;
- II. Realização de audiências públicas ou oficinas com conselhos municipais e sociedade civil;
- III. Canal direto no site para sugestões de bases de dados a serem abertas através da Ouvidoria-Geral do Município.

6. DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA, PADRONIZAÇÃO E QUALIDADE DOS DADOS

- I. Dados publicados deverão ser acessíveis em formato aberto (CSV, JSON, XML, entre outros);



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

- II. Utilização de metadados padronizados (título, descrição, frequência de atualização, unidade gestora, data da publicação);
- III. Adoção de medidas de segurança cibernética no armazenamento e acesso às bases.

7. ORIENTAÇÕES PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- I. Bases com dados pessoais serão submetidas à análise prévia do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais e da Comissão Deliberativa de Proteção de Dados Pessoais;
- II. Quando possível, os dados serão anonimizados ou publicados em forma agregada;
- III. Nenhum dado considerado sensível será publicado, salvo mediante base legal específica;
- IV. O Encarregado de Proteção de Dados Pessoais e a Comissão Deliberativa de Proteção de Dados poderão emitir pareceres orientativos ou normativos específicos para situações complexas;
- V. As secretarias deverão seguir as diretrizes Política de Privacidade e Proteção de Dados (Decreto nº 21.446/2025).

8. MECANISMOS DE MONITORAMENTO

- I. Relatórios anuais de monitoramento do cumprimento do cronograma do Plano de Ação desenvolvido pela CGM e SEMAPLAG;
- II. Reuniões periódicas com responsáveis pelas bases de dados, área de TI e empresas prestadoras de serviços ligados às plataformas de transparência;
- III. Relatório final ao término de cada ciclo bianual do plano.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Ação de Abertura de Dados é um instrumento vivo, com o compromisso de ser atualizado a cada dois anos. A sua efetiva implementação representa um avanço na consolidação da cultura de governo aberto, transparência e integridade pública no Município de Itapemirim.